

XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Quem é o Policial Civil Carioca? A Construção da Identidade do Policial no Exercício da Atividade Profissional Cotidiana em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro

GT21: VIOLÊNCIA, DIREITOS E JUSTIÇA

PAULA PONCIONI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

Caxambu

1999

XXIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

RESUMO

“Quem é o Policial Civil Carioca? A Construção da Identidade do Policial no Exercício da Atividade Profissional Cotidiana em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro”

Autor(a): Paula Poncioni

Este trabalho busca analisar as representações sociais dominantes entre diferentes gerações de policiais, em diferentes níveis hierárquicos da organização policial, sobre a sua ocupação profissional na sociedade brasileira. Neste universo organizacional a visão que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia no cotidiano de suas atividades profissionais, suas atitudes e seus sentimentos em relação a elas, expressam as concepções que o policial tem da sociedade e do lugar que cada um ocupa nela, inclusive o seu próprio lugar. A percepção que o policial tem de seu trabalho é de “lixeiro da sociedade”. Para ele sobra o resíduo da sociedade e o “trabalho sujo” a ser realizado para “limpar” do meio social aqueles designados como os “inimigos” da ordem pública, de forma geral, os pobres, os negros, etc. Neste sentido, a prática institucional desenvolvida revela que a polícia tem desempenhado menos o papel de órgão de segurança pública, garantindo os direitos dos cidadãos do que um obstáculo ao próprio exercício da cidadania. Para a elaboração deste trabalho foram utilizadas as entrevistas realizadas com policiais civis cariocas para a minha dissertação de mestrado intitulada A Polícia e os Pobres: Representações Sociais e Práticas em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro (UFRJ, 1995), como também as respostas fornecidas a um roteiro de questões apresentado por mim no Curso de Formação dos Candidatos ao Cargo de Delegados da Polícia Civil do Rio de Janeiro (ACADEPOL/RJ, 1997).

GT21: VIOLÊNCIA, DIREITOS E JUSTIÇA

Caxambu

1999

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar as representações sociais dominantes entre diferentes gerações de policiais, em diferentes níveis hierárquicos da organização policial, sobre a sua ocupação profissional na sociedade brasileira. A visão que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia no cotidiano de suas atividades profissionais, suas atitudes e seus sentimentos em relação a elas, expressam as concepções que o policial tem da sociedade e do lugar que cada um ocupa nela, inclusive o seu próprio lugar. A percepção que o policial tem de seu trabalho é de “lixeiro da sociedade”. Para ele sobra o resíduo da sociedade e o “trabalho sujo” a ser realizado para “limpar” do meio social aqueles designados como os “inimigos” da ordem pública, de forma geral, os pobres, os negros, etc. Deste modo, a prática institucional desenvolvida revela que a polícia tem desempenhado menos o papel de órgão de segurança pública, garantindo os direitos dos cidadãos do que um obstáculo ao próprio exercício da cidadania.

Partindo do uso da idéia de identidade social procurou-se apreender como os códigos e valores sobre a profissão policial se expressam através do discurso dos próprios policiais - policiais civis cariocas-, selecionando temas¹ em entrevistas realizadas com os mesmos na pesquisa desenvolvida para a minha dissertação de mestrado intitulada “A Polícia e os Pobres: Representações Sociais e Práticas em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro” apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, em setembro de 1995), como também em respostas fornecidas a um roteiro de questões apresentado por mim

¹ Nas entrevistas foram abordadas questões sobre ocupação anterior, ingresso na organização policial, razão(ões) que levou(aram) à escolha da carreira policial, expectativas com relação a essa carreira profissional, tarefas desenvolvidas no cotidiano da organização policial - aquelas, demandadas pelo Estado e pela população usuária, o tipo de público que procura mais os serviços da polícia, a imagem que tem da população atendida, a imagem que a sociedade tem da polícia - influência da mídia, convívio com a sua família e os vizinhos.

Foram, ainda, colhidos dados relativos a idade, naturalidade, estado civil e situação atual, filhos, tipo de residência - casa e/ou apartamento (próprio, alugado, cedido), escolaridade, religião que tem e/ou que pratica, tipo de leitura, tipo de lazer.

Em todas as entrevistas surgiram questões relativas ao passado e ao presente da profissão policial, da sociedade, da administração de diferentes governos estaduais, questões referentes ao bom e ao mau policial no desempenho de suas funções, entre outras.

no Curso de Formação dos Candidatos ao Cargo de Delegados da Polícia Civil do Rio de Janeiro (ACADEPOL/ RJ, 1997).

Muito embora reconheçamos a diversidade de concepções em torno do tema da identidade social encontrada na literatura das Ciências Sociais, da Psicologia Social e da Psicanálise, adotamos a noção de identidade social segundo a qual, a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que são oferecidas por esses mundos². Mais ainda, compartilhamos com a idéia que “um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre semelhança e a diferença”³, entendidas como semelhanças e diferenças do eu consigo próprio ao longo do curso de sua vida, ou com o outro no plano grupal e com os outros.⁴. Cumpre observar que, sendo a identidade constituída por processos sociais, “uma vez cristalizada [a identidade] é mantida, modificada ou, mesmo, remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais envolvidos na formação e manutenção da identidade são determinadas pela estrutura social”⁵.

Neste sentido pode-se apontar que na construção de discursos sobre si mesmos e sobre o outro, os policiais marcam sua identidade como um grupo que compartilha um sentimento semelhante de pertencimento e identificação com sua atividade profissional. A partir da sua experiência cotidiana no trabalho este grupo constrói não apenas uma visão específica do mundo e de si mesmo, como também um *ethos*, que é um estilo de vida, uma atitude em relação ao mundo e a si próprio⁶,

Entende-se, contudo, que a dimensão cotidiana das atividades policiais, a percepção que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia,

² Hall, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997, p. 12.

³ (Grimberg & Grimberg, 1971:136 *apud* Cardoso de Oliveira, Roberto Identidade Etnia e Estrutura Social, São Paulo, Pioneira, 1976, p. 36.

⁴ **Cardoso de Oliveira (1976)** Identidade Etnia e Estrutura Social, São Paulo, Pioneira, 1976, p. 36.

⁵ Berger, Peter & Luckmann, Thomas(1985) A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 1985, p. 228.

⁶ Ver a propósito Bretas, Marcos Luiz e Poncioni, Paula. “A cultura policial e policial carioca” . In PANDOLFI [et al] (orgs). Cidadania, Justiça e Violência, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999, p.149-163.

suas atitudes e seus sentimentos em relação a elas não se constituem um fenômeno isolado, mas são frutos de um contínuo processo de socialização. Esses processos de socialização do indivíduo distinguem-se em socialização primária e secundária⁷ e socialização formal e informal⁸. Segundo Van Maanen (1989), os processos formais de socialização nas organizações são, com frequência, apenas a primeira etapa do processo de socialização. A segunda etapa, compreendendo a socialização informal, ocorre quando o "novato" é colocado na sua posição organizacional designada e deve aprender informalmente as práticas reais de seu local de trabalho.

No caso específico da polícia civil do Estado do Rio de Janeiro, a primeira etapa da socialização do futuro policial se dá através da Academia de Polícia, onde se opera formalmente a socialização secundária dos "novatos", com a introdução de conhecimentos técnicos e científicos. A segunda etapa se realiza já nos locais e nas posições designadas para o policial trabalhar, e a aprendizagem ocorre privilegiadamente a partir da realidade cotidiana da organização.

Como lembra Fleury (1989), o momento de socialização, é decisivo para a reprodução do universo simbólico. É através das estratégias de integração do indivíduo à organização que os valores e padrões de comportamentos vão sendo transmitidos e incorporados pelos novos membros.

Neste universo organizacional policial, a visão construída pelos policiais sobre o "mundo policial" e o "mundo social" revela-se através de uma terminologia por eles manipulada para designar "tipos" (de indivíduos e de situações) que permeiam o seu cotidiano.

Na vida cotidiana desses policiais, identificam-se os "cascudos", os "menudos", os "almofadinhas", o "policial de rua" (o "tira"), o "vagabundo", o "trabalhador", o "fazer polícia", a "feijoada", entre outros.

O recorte aqui proposto, diz respeito a uma das diversas categorias presentes no discurso policial para qualificar sua demanda cotidiana, a saber a

⁷ Berger, Peter & Luckmann, Thomas(1985) A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 1985, p. 228.

⁸ Van Maanen, John. "Processando as Pessoas - Estratégias de Socialização Organizacional". In: Fleury, Maria Teresa L. [et al]. Cultura e Poder nas Organizações, São Paulo, Atlas, 1989

“feijoadada”. Evidentemente, o recorte dado dá conta de apenas um dos aspectos intervenientes na construção da identidade policial no cotidiano de sua atividade profissional. No entanto, acredita-se que a categoria “feijoadada”, tomada como referência para a análise da construção da identidade do policial, pode propiciar uma “leitura” das representações sociais produzidas tanto no interior da organização policial como na sociedade, em relação ao papel, ao lugar, as funções e as atividades a serem desempenhadas pela polícia para a manutenção da ordem na sociedade brasileira. De qualquer modo, sinaliza a necessidade de levar em consideração, nos debates sobre política de segurança pública, os componentes simbólicos que envolvem a formação da identidade profissional do policial, principalmente, quando se quer apresentar e encaminhar soluções para a construção de uma polícia condizente com os preceitos democráticos.

A “FEIJOADA” NO COTIDIANO DA POLÍCIA

"O que a gente chama de 'feijoadada' (...). Então, a maioria das ocorrências são 'feijoadadas', são problemas sociais, conflitos sociais: é barulho de vizinho, é briga. É briga de marido e mulher, é a mulher que tá grávida e precisa descer lá do morro e não tem como descer (...), é o outro que tá perdido (...), e quer voltar pra Minas ou ir pro nordeste, o outro que quer ser operado, quer ser operado, e não tem dinheiro (...), o cara tem um acerto com a mulher, de quem ele se separou, de passear com filho sábado e a mulher não quer entregar o filho dele hoje, como é que faz (...) Estes conflitos sociais, é o que tem a maior demanda na polícia, no fundo, entenda bem..., o plantão policial trabalha muito mais com demandas de conflitos não-criminosos do que fatos jurídicos tidos como crimes. (...) nós estamos voltados estritamente para o crime, daí (...) olha, se eu tô na delegacia pra cuidar de crime, não tenho tempo pra tanto crime que há, (...) o cara tuberculoso não tem lugar pra dormir, quer dormir na delegacia (...) o policial não tá preocupado com problema social, tá preocupado com crime" (Delegado Titular de 1ª categoria, 47 anos).

A fala do policial acima destacada sintetiza um conjunto de múltiplas e variadas situações que chegam diariamente às delegacias de polícia e em relação às quais se costuma solicitar a intervenção de polícia.

No sistema classificatório da organização policial, a "feijoada" está intimamente relacionada a situações cujas características principais são a confusão, a desordem, o tumulto. Apesar de tais características não se constituírem em aspectos exclusivos dos problemas advindos do segmento pobre são sistematicamente atribuídas por eles à pobreza.

Deste modo, a "feijoada" pode ser interpretada, através da fala de policiais, como uma categoria principalmente empregada para designar problemas de cunho não-criminológico que chegam à delegacia predominantemente através da população pobre, que por sua própria condição sócio-econômica não tem acesso a outra instituição que responda a sua demanda.

No entanto, o policial, ao relacionar a "feijoada" aos diversos problemas e dificuldades da população pobre e às atividades desenvolvidas por ele para solucioná-los, manifesta a percepção de uma dupla desqualificação que a instituição policial sofre por parte do Estado e da sociedade. Além do atendimento a situações absolutamente desprovidas de caráter legal e/ou penal, o policial ainda tem que "solucionar" os "casos sociais", para os quais nem a legislação em vigor, nem a organização social fornecem respostas satisfatórias. Via de regra, estas tarefas não são do domínio de sua profissão e não lhe conferem prestígio algum.

Assim argumenta um entrevistado:

Entenda bem, o policial, ele tá lá pra ver problema de roubo, de furto, de agressão, de morte. Ele tá lá pra isso. Então, quando chega a "feijoada" ele resolve, ele tem que resolver, porque da "feijoada" sai também aí um crime, uma contravenção. (...) Não é nem que seja menor, até demanda muito mais tempo. (...) não é afeto ao policial. É e não é (...) a gente não aprende na Academia a cuidar desses problemas, sabia? (...) É uma demanda que te toma muito tempo, complica teu plantão, mas que não é computado" (Delegado Titular de 1ª categoria, 47 anos).

A percepção que o policial tem de seu papel e de sua imagem na sociedade é a do "lixeiro da sociedade". Para ele sobra o resíduo da sociedade e o "trabalho sujo" a ser realizado para "filtrar" as situações indesejadas por essa sociedade.

Na grande maioria dos casos, a polícia é o único serviço público a que se pode recorrer em qualquer hora do dia, em caso de necessidade urgente. Os

diversos problemas e dificuldades da população, apesar de não se constituírem "casos policiais", à força de se repetirem, são incorporados à rotina policial.

Como lembra Fischer (1985) remetendo-se à polícia da Grande São Paulo, à rotina policial das delegacias de polícia, principalmente àquelas localizadas nos bairros pobres,

"é bastante menos charmosa e aventureira do que fazem crer as imagens estereotipadas do serviço policial, traçadas a partir de personalidades e situações ficcionais, que são reforçadas por um setor de imprensa engajados na mitificação da organização e de seus agentes" (*op. cit.*, p. 36).

A percepção que os policiais entrevistados têm do conjunto de situações que vivenciam no seu dia-a-dia corrobora a assertiva da autora acima mencionada.

O cotidiano nas delegacias de polícia é descrito pelos policiais como uma rotina pouco atraente, onde predominam situações que demandam do policial o trato com certas tarefas "desagradáveis" que nenhuma outra instituição leva a cabo na sociedade.

Como declara um policial entrevistado:

"O dia-a-dia é praticamente corriqueiro. Sempre acontece as mesmas coisas (...) os mesmos registros: roubo de carro, agressões, lesão corporal..., remoção de cadáver então, é corriqueiro. O trabalho, é corriqueiro, fora uma coisa ou outra (...) aqui, nessa área, tem muita remoção de cadáver (...) homicídio é um dos campeões" (Escrivão de Polícia, 33 anos).

Outro policial, ao relatar as ocorrências da área onde trabalha, destaca dentre elas, a constante solicitação de prostitutas para que a polícia faça a mediação entre elas e o cliente para o acerto do valor combinado.

[O policial reproduz um diálogo com uma prostituta]

Prostituta: - "O senhor tem que ir lá, tem que cobrar do cara, porque cobreí cinqüenta, o cara me deu cinco, o cara tá aí embaixo".

Policial: - "Minha filha, isso aqui é uma delegacia. Isso não é crime".

Prostituta: - "Não, mas ele não me pagou".

Mas aí, eu disse a ela: Minha filha, o problema é o seguinte: você tem que cobrar antes ou qualquer coisa assim. Enfim, tentando dissolver aquilo, tentando dar uma assistência, tentando dar uma solução para o problema daquela menina, daquela mulher. Mas, também, eu não podia sair da delegacia,

sair do plantão, pra ir lá cobrar o cara, numa aventura de prostituta, né? Ela não satisfeita, ela pegou a lata de lixo [jogou-a em sua cabeça] (...) me levantei, peguei ela pelo braço, botei ela pra fora. Gritei com ela, fui ríspido, fui rigoroso com ela verbalmente (...) ela continuou me xingando "polícia de merda, porque não é tua mãe que faz isso". (...) Mas tava alcoolizada, drogada, cheirada" (Detetive de 1ª categoria, 41 anos).

A rotina pouco convidativa do trabalho policial é ainda mais agravada pelas condições de trabalho do servidor:

"(...) nós estamos aqui numa delegacia onde não temos uma água pra beber, uma instalação sanitária ou viatura..., pra pegar tem que empurrar. Armamento, quem quiser um bom armamento que compre o seu, né? (...) A instituição policial, porquanto recurso do dia-a-dia, seja de viatura, seja de radiofonia pra comunicação, seja de equipamento, armamento, por equipamento entende-se tudo isso, né? mas, armamento, colete a prova de bala, hospital para o policial ferido, (...) esse aspecto material, esse aspecto de "toma aqui, vai lá, cumpre a lei" (...) e eu te dou tais recursos, e esses recursos nós não temos" (Detetive de 1ª categoria, 41 anos).

Acresce-se a este quadro o fato de que, além destas atividades, formalmente designadas à organização policial, está presente no cotidiano do policial uma gama de assuntos sem ligação com o crime e com os delinqüentes, objeto principal da profissão policial. Em decorrência disso, o policial necessita desenvolver tarefas que não costumam corresponder à sua visão do trabalho profissional de policial para o qual é qualificado.

Uma policial assinala o tipo de situação e o extrato social que mais procura as delegacias de polícia:

"Em distritais [delegacias de polícia de bairro], a maioria é furto de auto e pobre mesmo. Só vai gente alta, quando há dinheiro envolvido, cheque sem fundo, essas coisas assim (...). Rico, gosta muito de ir à delegacia por questões assim, de ofensa. (...) O pobre, eu acho que vai mais naquele ímpeto,... brigou, ficou aquela "feijoada" danada, vai parar na polícia (...) Isso é coisa do cotidiano do morro mesmo. (...) Quando a polícia se nega a atender esses casos que eles [no plantão policial] chamam de "feijoada", é por isso. Porque já sabe..., eles tem prática do dia-a-dia de atender esse tipo de gente, que quando ele vê o problema, ele já diz: "esse aí é um daqueles, que daqui a três dias já acalmou e eles não querem mais nada" (Escrivã de Polícia, 47 anos).

Como declaram alguns policiais referindo-se às expectativas com a profissão:

"Eu fui pra polícia com esse sentido de ajudar a pôr as coisas no lugar. Eu queria prender bandido (...) Eu queria trabalhar na rua (...) em busca de bandido, prender os bandidos, botar todo mundo na cadeia. Isso que me levou à polícia e eu sempre trabalhei assim" (Inspetor de 3ª categoria, mais de 50 anos).

"Eu pensava que ser policial era poder realmente entrar no mercado, pra acabar com o banditismo, pra servir realmente, pra você se impor, pra você ganhar dinheiro, pra você ser um funcionário, a respeito... a nível assim de suma importância, alto né? É..., galgar os degraus, estudar, se reciclar e até atingir o teto máximo, que muitos colegas conseguiram, por uma questão, aí de ... talvez, até de sorte" (Inspetor de 2ª categoria, 53 anos)

A interpretação sobre o cotidiano de seu trabalho nas delegacias de polícia, junto às camadas mais pobres da população, evidencia não apenas a visão do policial sobre a pobreza, inteiramente afetada pelas representações sociais presentes na sociedade, como também revela a concepção/imagem que o policial tem desta sociedade e do lugar que cada um ocupa nela, inclusive o seu próprio lugar.

A classificação hierárquica dos indivíduos na sociedade, socializada na prática cotidiana do policial, é sustentada por uma série de fatores que vão desde o local e tipo de moradia até o modo de viver, a aparência pessoal, a maneira de vestir-se, de portar-se, de falar, de relacionar-se, de conduzir-se, etc. Desta forma o policial, ao mesmo tempo que classifica o seu público, qualifica-o a partir de atributos positivos ou negativos, definindo, assim, o modo pelo qual eles percebem e manipulam estes fatores em situações concretas.

O “TRABALHO SUJO” COMO ATIVIDADE POLICIAL

A idéia de "trabalho sujo", originalmente desenvolvida por Hughes (1962), refere-se, resumidamente, à convivência e cumplicidade das pessoas boas ("good people") com o "trabalho sujo" ("dirty work") desenvolvido pela polícia nazista, para "limpar" a Alemanha dos indivíduos considerados perigosos e indesejáveis do regime.

Como lembra Velho (1994), Hughes examina o "trabalho sujo" empreendido pela polícia na Alemanha, como um caso limite. No entanto, o autor argumenta,

"Em toda sociedade de certa complexidade existe um "*dirty work*" a ser feito. Para isso existem especialistas que se encarregam da tarefa. Quanto ao objeto - vítimas - desse trabalho, variando de sociedade para sociedade, sempre corresponde a algum tipo de *out-group*" (p. 112).

Nesta perspectiva, a pobreza e seus sujeitos constituem o "*out-group*" na sociedade brasileira e tornam-se destinatários por excelência do trabalho de "limpeza" realizado pela polícia através de uma variada gama de medidas repressivas que fazem parte do acervo organizacional da polícia.

Ainda de acordo com Fischer (1985),

"Na medida em que a maioria do público atendido é considerada de menor importância, por não ocupar uma posição sócio-econômica de prestígio, será alvo da estigmatização criminológica e das ações punitivo-pedagógicas que o agente policial acredita serem seu direito e sua obrigação" (p. 48).

Ressalta-se ainda que, apesar de socialmente aceitas, não há qualquer valoração positiva por parte da sociedade com relação as práticas "saneadoras" da polícia desenvolvidas na rotina de seu trabalho. Ao contrário, a organização policial é sistematicamente rejeitada e hostilizada por parcela significativa do conjunto da sociedade, que evita o contato com a organização e seus integrantes, procurando seus serviços como última alternativa no conjunto de instituições da sociedade.

As significações atribuídas pelos policiais ao papel desempenhado pela organização policial no atendimento aos problemas que afligem a população, expressam a percepção de que as delegacias de polícia constituem-se efetivamente em uma instância de resolução de conflitos nesta sociedade, fundamentalmente para as camadas pobres.

Nota-se que, o modo como é apreendida e vivenciada esta relação com a sociedade demonstra o profundo isolamento social experimentado pelo policial por conta de suas atividades.

Como sinaliza Paixão (1982), "definindo-se como 'lixeiro da sociedade', o policial absorve, em sua auto-imagem, a percepção da marginalidade social e política da organização" (p. 83).

É oportuno observar que os estereótipos negativos a respeito da polícia manifestam-se ainda nas relações interpessoais mais próximas, evidenciando que ao policial "colam-se" inumeráveis atributos pejorativos, os quais afetam a sua vida social em vários níveis, reafirmando simbólica e concretamente um lugar estigmatizado e discriminado no contexto das relações sociais mais gerais.

Uma policial declara:

"A sociedade tem uma imagem péssima [da polícia]. Eu tenho várias amigas que são policiais. Ainda ontem eu fui ao cinema com uma delas e a gente conversou bastante. (...) Ela me disse que conheceu um cara (...). Gerente de Banco, da idade dela, solteiro, morando sozinho. Ela também mora só, tem o apartamento dela (...) Quando ele descobriu que ela era polícia..., os homens discriminam a gente.(...) O cara te namora até saber que você é da polícia, no dia que ele sabe dá um motivo e sai fora. (...) medo de estar se envolvendo com mau caráter. As mulheres da polícia vivem ou são casadas com o próprio polícia, (...) ou ele é uma pessoa bastante simples" (Escrivã de Polícia, 47 anos).

Outro entrevistado referiu-se assim a sua relação com a vizinhança:

"Eu até evito de vizinho saber que eu sou policial. (...) Quando o vizinho sabe que você é policial (...) Tem uns que tratam bem, né? Tratam bem, mas esse tratar bem, você sente (...) Não chega a ser respeito, não. Chega a ser um tratar bem, tá? como quem diz..., `Ah... vamos deixar ele sempre por perto, vamos tratar ele bem, porque qualquer coisa que houver, eu

posso contar com a colaboração dele" (Detetive de 2ª categoria, 37 anos).

Dizem os entrevistados referindo-se a reação de suas famílias quando eles optaram pela carreira policial, declara:

[A mãe] "ela achou um horror, meu pai achou um horror. Meu pai até hoje, ele acha um horror. 'Escuta minha filha, não tem outra coisa pra ganhar dinheiro pra você viver? Eu não posso lhe sustentar lá [no local onde ela reside], porque a vida é cara, mas se você vier pra cá [seu local de origem] você vai ter casa e comida. Mas, não vai pra essa vida, não' " (Escrivã de Polícia, 47 anos).

"Meu pai sempre..., (...) sempre mexia comigo, 'o cara que não estuda vai ser polícia' ". (Detetive de 2ª categoria, 37 anos)

No depoimento de outro policial, a percepção do desprestígio da profissão na sociedade e especificamente junto às camadas sociais mais altas é assim comentada:

"Você arruma muitos amigos entre aspas, que estão sempre na expectativa de usarem você... como o médico, né? O difícil é você entrar em determinadas camadas sociais, (...) aonde o policial é colocado pro escanteio, entende? (...) [camadas sociais] mais altas, a elite dominante, (...) você não vê nenhum policial ou mulher policial, figurando nas colunas sociais (...) quando sai, é porque o dono da coluna ou o dono do jornal recebeu (...) foi bem atendido (...) mas não por ele ter penetrado naquela camada" (Delegado titular, 1ª categoria, 47 anos).

As declarações acima destacadas traduzem, em grande medida, a relação entre a polícia e a população, estruturada sobre as imagens, crenças e estereótipos que ficam cristalizados em ambas as partes da relação, tanto pelas experiências concretas vividas nos processos de interação, como pelo conjunto de representações construído na sociedade.

De um lado, constata-se que a polícia é alvo de estereótipos negativos e discriminatórios por parte de diferentes segmentos da sociedade, o que contribui significativamente para o isolamento da organização em relação à própria sociedade e ao Estado. De outro lado, verifica-se a incorporação de valores

discriminatórios à percepção do mundo e à ação profissional da polícia, que manifesta-se na atitude e na conduta desta com relação a sociedade, reservando a cada um lugar na sociedade. Esta visão da sociedade reproduz o modelo hierárquico das relações sociais e a lógica excludente que permeia estas relações nos diferentes contextos de interação. No contexto da organização policial, a imagem do pobre é reatualizada dentro do quadro de valores dominantes na sociedade, que ainda condiciona o pobre ao lugar do não-direito.

Paradoxalmente, um grande contingente de policiais civis é oriundo das camadas pobres da população, isto é, sua origem social advém dos mesmos extratos sociais de sua clientela.

Assim declara um policial:

"As pessoas não entendem que o policial vem do povo (...). Ele tem mãe, ele tem pai, ele tem mulher, ele tem filhos, ele é uma pessoa comum, só investido de uma função coercitiva que é a função da polícia. Então existe aquela discriminação, 'polícia, eu não gosto de polícia'. Ninguém gosta de polícia, porque o polícia ele existe numa atividade coercitiva. Ele incomoda, chama, ele prende, ele bate. Então, ninguém quer ser incomodado, né? (...) Então como o policial, eu falei no início, ele vem do povo, ele vem da mesma casta que ele vai tentar defender ou prender ou fazer qualquer coisa" (Detetive, mais de 40 anos, 3ª G.).

Na verdade, o que parece contraditório, principalmente, em relação às camadas mais pobres da população, é consonante com as características sócio-econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira construídas ao longo da história deste país.

Como assinala Lemgruber (1985):

"Admitamos que a polícia é como é pois antes de mais nada responde às exigências do sistema e os policiais são como são devido à própria estrutura e contradições da instituição na qual estão inseridos" (p. 236)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados dez anos do fim da ditadura militar no Brasil algumas das principais questões que fizeram parte do debate público no processo de democratização do país nos anos 80 – a questão da cidadania, dos direitos humanos, da complexa situação social da realidade brasileira e, em especial, das diferentes expressões da violência, inclusive da violência policial permanecem como desafios da sociedade contemporânea brasileira no contexto de consolidação democrática.

Não obstante, nos anos 90, possamos observar avanços no debate público sobre a instituição policial quanto a necessidade de melhoria de seu desempenho para a condução da ordem e segurança públicas na sociedade democrática contemporânea, envolvendo diversos setores da sociedade civil e política, da própria corporação policial, poucas foram as iniciativas na implementação de mudanças efetivas na direção de mudanças na estrutura e no funcionamento da polícia, com vistas a transformar as práticas e procedimentos dominantes, inscritos em um padrão de atuação predominantemente violento e arbitrário da polícia.

Muitas das vezes as reformulações propostas para a melhoria da instituição policial limitaram-se, ao nível da ação, ao provimento de recursos materiais no que diz respeito ao reaparelhamento da polícia - viaturas, sistema de telefonia, informática etc - e humanos, relacionados ao aumento do efetivo de policiais no quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública . Constata-se que não houve um investimento efetivo na área de uma política de recursos humanos, no sentido de formar e capacitar profissionais da polícia com uma filosofia de trabalho que viesse a configurar uma nova maneira de conceber e implementar o exercício da ação policial. Salvo raríssimas exceções⁹, as propostas de uma “nova” política

⁹ No Rio de Janeiro, é aberto concurso público no “primeiro governo Brizola”, visando a renovação do quadro de polícia e são fomentados cursos de formação para policiais civis e militares no CEUEP/UERJ, com objetivo de mudar “a imagem da polícia”. No governo Marcelo Alencar e, particularmente, na gestão do secretário de polícia civil Hélio Luz, foram realizados novos concursos públicos para os cargos de delegados de polícia e detetives e foram promovidos cursos de formação e atualização para essas categorias. Esses cursos pretenderam através de uma visão interdisciplinar do conhecimento - sociológica, antropológica, psico-sociológica, jurídica-, a construção de uma “polícia - cidadã”. Mais recentemente, no

de segurança pública não passaram do enfoque estritamente técnico, negligenciando o questionamento dos valores, das crenças, dos preconceitos e dos estereótipos do policial, sua visão de mundo, isto é, a sua concepção acerca da realidade, de si mesmo, da natureza e de suas atitudes em relação ao “mundo social” e ao próprio “mundo policial”.

No entanto, em sua prática cotidiana, a instituição policial revela-se com características peculiares na sua forma de atuação que a mostram relativamente autônoma face às funções determinadas pelo Estado, à própria lei e à sociedade civil, detendo um espaço privilegiado para a manifestação da violência, da corrupção e do autoritarismo, infringindo as próprias leis que se propõe a viabilizar.

Ressalta-se, que apesar da procura às delegacias de polícia se dar por todas as camadas sociais, seus maiores mandatários são predominantemente pertencentes ao segmento mais pobre da população que não tendo onde resolver seus problemas cotidianos, buscam a instituição policial.

Certamente, a pobreza e seus sujeitos sem o acesso à condição de cidadão tornam-se objeto preferencial dos abusos e discriminações na ação policial para o controle social.

Deste ponto de vista, a polícia desenvolve no desempenho de suas atividades o papel de "lixeiro da sociedade", cuja tarefa precípua é "limpar" da sociedade aqueles que, por sua má conduta, criminosa ou não, perturbam a ordem e a paz social.

No caso brasileiro, a organização policial, produto do Estado, mas também desta sociedade, têm desempenhado menos o papel de órgão de serviço público, garantindo os direitos do cidadão, do que um obstáculo ao próprio exercício da cidadania. Historicamente, nesta sociedade, a noção do público é inteiramente relegada, em proveito, de modo quase absoluto, dos interesses privados de toda ordem, de maneira que a concepção de cidadania, como garantia de direitos

governo Garotinho pode-se destacar as iniciativas tomadas pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, no sentido da formulação e implementação de uma nova política de segurança pública no estado.

Não se pode deixar de mencionar algumas experiências desenvolvidas nesta década com a polícia militar em algumas cidades do Brasil, tais como: a “polícia-cidadã” na Bahia, a “polícia-comunitária” em Sergipe, a “polícia-interativa” no Espírito Santo e a “polícia-comunitária” no Rio de Janeiro.

igualitários de participação para todos, realiza-se na prática da vida cotidiana para apenas alguns segmentos da população.

Neste país, não por acaso, a noção da polícia como um órgão de segurança pública não foi o principal objetivo a ser implementado na rotina do trabalho policial. À polícia foi destinada a missão quase exclusiva de "limpar" do meio social aqueles designados como os "inimigos" da ordem pública. De forma geral, os pobres, os negros, etc. são aqueles que, de um modo ou de outro, objetiva ou simbolicamente, ameaçam a sociedade, constituindo-se no "*out-group*" desta sociedade, nos "não-cidadãos" e nos alvos preferenciais da ação policial.

Na "hierarquia de credibilidade" estabelecida pela sociedade brasileira, o lugar reservado à pobreza e seus sujeitos é o do descrédito, do desrespeito e do desprezo aos direitos mínimos de cidadania. Por analogia, a posição da polícia nesta hierarquia não podia ser outra: Além de lidar com a marginalidade criminosa, a polícia no Brasil lida prioritária e majoritariamente com os marginalizados, econômica, política e culturalmente, por esta mesma sociedade.

Numa sociedade profundamente hierarquizada como a brasileira, o lugar e o espaço ocupado pelo pobre é, ainda, o da não-cidadania, da quase inexistência, cabendo à polícia, instituição presente no cotidiano da população pobre, atender os problemas que freqüentemente não são acolhidos em qualquer outra instituição pública.

A ação desenvolvida pela polícia brasileira sofre as influências sociais, culturais, morais da sociedade em que atua, logo não podia apresentar outra face que não a da violência e do autoritarismo. Assim, as condições de existência geradoras da identidade do policial, do comportamento e das atitudes dos agentes policiais devem ser "lidas" como determinadas pelo sistema de relações sociais que lhes deram origem.

Nesta perspectiva, respaldadas numa matriz cultural autoritária e discriminatória que hierarquiza as diferenças nesta sociedade, as formas de conceber os problemas da vida social, as decisões sobre a condução e o procedimento a serem tomados no trabalho da organização policial reproduzem

por inteiro as profundas desigualdades e discriminações presentes nesta sociedade.

É possível, pois, afirmar que o padrão de atuação da polícia brasileira, ainda que num regime democrático, têm se caracterizado num extremo de violência e arbitrariedade dirigido fundamentalmente para o segmento pobre da população que despossuído de direitos, de fato constitui-se nas vítimas preferenciais da ação da polícia. É possível afirmar, ainda, que a possibilidade de mudança deste quadro não é viabilizada pela simples mudança de governo. É necessário, sobretudo, que esse Estado e essa sociedade estejam dispostos a construir uma sociedade em que o acesso à cidadania não continue sendo privilégio de alguns poucos em detrimento da ausência do exercício pleno de direitos por parte de uma grande maioria.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sérgio. “A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada”. In: Sociedade e Estado. Revista Semestral de Sociologia, Volume X, número 2, julho-dezembro 1995, p. -299-342.
- ANAIS DO SEMINÁRIO POLÍCIA MILITAR, ESTADO E SOCIEDADE. OS DESAFIOS DA MODERNIDADE, Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, novembro de 1992.
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: Enciclopédia Einaud, v. 5, Antropos - Homem, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BECKER, Howard S. Outsiders: studies in the sociology of deviance, NY, Free Press, 1966.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 1985.
- BONELLI, Maria da Gloria e DONATONI, Silvana. “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras. IN BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 41, 1º semestre de 1996, pp. 109-149.
- CARVALHO, José Murilo. "Brasileiro: Cidadão?". Ciclo de Debates sobre o Brasileiro e a Cidadania. Transcrição da palestra proferida pelo cientista político José Murilo de Carvalho, Curitiba, Auditório Maria José de Andrade Vieira, 7 de outubro de 1991, p. 3-20, (mimeo).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Um conceito antropológico de identidade”. In Identidade, Etnia e Estrutura Social, São Paulo, Pioneira, 1976 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- FISCHER, Rosa Maria. O Direito da População à Segurança: Cidadania e Violência Urbana. Petrópolis, Vozes, CEDEC, 1985.
- _____ . “O Círculo do Poder - As práticas Invisíveis de Sujeição nas Organizações Complexas. In: FLEURY, Maria Teresa L. [et al]. Cultura e Poder nas Organizações, São Paulo, Atlas, 1989, p. 65-88.
- FLEURY, Maria Teresa Leme e FISCHER, Rosa Maria . “Introdução”, Cultura e Poder nas Organizações, São Paulo, Atlas, 1989, p. 9-12.

- GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs). Textos em Representações Sociais, Petrópolis, Vozes, 1994.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós- Modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.
- HUGHES, Everett C.. "Good People and Dirty Work". Social Problems, Vol. X, verão, 1962, p. 85-97.
- KANT DE LIMA, Roberto. A Polícia no Rio de Janeiro seus Dilemas e Paradoxos, Tradução de Otto Miller, Rio de Janeiro, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- LEMGRUBER, Julita. (coord.) A Instituição Policial, Rio de Janeiro, Revista da OAB, 1985, p.207 -236.
- MEIS, Carla de [et al]. "Prostituição: da "vida fácil" ao trabalho. In Cadernos do IPUB, vol. 1, Nº 2, 1995.
- MOTA, Paula Poncioni. A Polícia e os Pobres: Representações e práticas em delegacias de polícia do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995
- PAIXÃO, Antônio Luiz. "A Distribuição de Segurança Pública e a Organização Policial, V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, GT "Organizações e Sociedade", Nova Friburgo, 1981.
- _____. "A Organização Policial numa Área Metropolitana". In: Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 25, nº 1, 1982.
- _____. "Crime, Controle Social e Consolidação da Democracia". In: REIS, Fabio & O'DONELL, Guilherme (org).A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 168- 199.
- PANDOLFI [et al] (orgs). Cidadania, Justiça e Violência, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.
- PAOLI, Maria Célia. "Conflitos Sociais e Ordem Institucional: Cidadania e Espaço Público no Brasil do Século XX", ANPOCS - GT "Direito e Sociedade", s.d.
- PENNA, Maura. "Por um conceito de identidade para as sociedades complexas". In Anais do Encontro Modernidade e Realidade Brasileira, Belém, 1993.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Violência, Direitos Humanos e Democracia no Brasil: o Reino da Impunidade". In: ARAÚJO, Angela M. C. (org) Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da História Social Brasileira, São Paulo, Scrita, 1997.
- _____ [et al] São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana, Rio de Janeiro, Garamond, 1998.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e SADER, Emir. "O Controle da Polícia no processo de transição democrática no Brasil", Temas IMESC - Sociedade, Direito, Saúde, São Paulo, vol. 2, nº. 2, 1985, p. 77-95.
- RICO, Jose Maria e SALAS, Luis. Delito, Insegurança do Cidadão e Polícia: Novas Perspectivas. Trad. Mina Seinfeld De Carakushansky, Rio de Janeiro, Polícia Militar, 1992.
- RONDELLI, Elizabeth. "Mídia e Violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade". Comunicação e Política, Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, CEBELA, n-s, v. 4, n. 3, p. 141-160.
- TELLES, Vera. Questão Social e Cidadania. XV Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, 1991.
- TEMPO SOCIAL. REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo. – V. 9, nº 1 (maio de 1997).
- VAN MAANEN, John. "Processando as Pessoas - Estratégias de Socialização Organizacional". In: FLEURY, Maria Teresa L. [et al]. Cultura e Poder nas Organizações, São Paulo, Atlas, 1989, p. 45-62.
- VELHO, Gilberto e VIVEIROS DE CASTRO, E. "O Conceito de Cultura e o Estudo de Sociedades Complexas: uma Perspectiva Antropológica". In: Artefato, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 1, jan. 1978, p. 4-9.
- _____. "Memória, Identidade e Projeto". In: Projeto Metamorfose :Antropologia das Sociedades, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 97-105.
- VELHO, Gilberto. "O Grupo e seus Limites". In: Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 106-113.
- ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo, Rio de Janeiro, Revan. Ed UFRJ, 1994.